



FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ETNOEDUCACIONAL, INTERCULTURAL, AMBIENTAL E DE MIGRANTES

MOBILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR EM EXPERIÊNCIAS DE AÇÕES FORMATIVAS COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Jáima Pinheiro de Oliveira

UFMG

jaima@ufmg.br

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Resumo

Essa proposta tem como tema central a formação profissional docente para atuar em e com contextos inclusivos. Trata-se de um relato de experiência de ações que fazem parte de projetos de pesquisa e extensão, para identificar e sistematizar subsídios que forneçam uma base sólida para uma formação e uma atuação com perspectiva inclusiva. A proposta insere-se no contexto das ações do “Observatório de Redes de Apoio à Inclusão Escolar e à Educação Inclusiva” (OIEEI). Esse relato de experiência tem como objetivo identificar mudanças de concepções e conhecimentos advindas de ações formativas longitudinais com profissionais que atuam na educação básica. O referencial teórico deste trabalho alinha-se aos autores, pesquisadores, pensadores, ativistas, dentre outros, que concebem a escola como espaço público de formação humanizadora e de educação para a diversidade e, portanto, uma instituição de prática democrática, ainda que essa instituição permaneça, constantemente, permeada por desafios para a implementação de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para o processo de inclusão escolar.

As ações do Observatório, dentre as quais esta está incluída, têm sido caracterizadas por: geração de dados e informações relevantes para a área de Educação Especial; monitoramento de tendências e mudanças dessa área, ao longo do tempo; realização de análises e pesquisas sobre os fenômenos estudados, buscando implicações para futuras

ações e pesquisas da área; fornecimento de dados e informações para a tomada de decisões em políticas públicas, planejamento estratégico, dentre outros; contribuição para o avanço do conhecimento científico e o desenvolvimento de soluções para problemas específicos, com foco para o processo de escolarização de pessoas com deficiência.

Essas ações alinham-se, por sua vez, a uma perspectiva de Educação Inclusiva com grande mobilização mundial a partir da década de 90, época em que finalmente os olhos do mundo se voltaram para a formação de uma agenda política que priorizou, o processo de escolarização de grupos historicamente excluídos da escola. Dentre estes grupos, estavam as pessoas com deficiência. Essa questão foi incorporada à agenda governamental mundial, com formulação de políticas públicas, consolidando-se como objeto legítimo de intervenção estatal (Capella, 2016) para os países signatários de alguns acordos, dentre os quais destacam-se a Declaração de Jomtien, também conhecida como Declaração Mundial sobre Educação para Todos, documento aprovado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia e posteriormente, em 1994, a Declaração de Salamanca. Mesmo com grande repercussão destes acordos, a transformação de sistemas educacionais que garantam uma educação inclusiva, que respeite os direitos humanos e, principalmente, o direito a uma educação de qualidade permanece na agenda (UNESCO, 2021; 2020; Ainscow, 2016).

Nessa direção, esse relato de experiência alinha-se ao eixo 6 com foco para a formação e trabalho de professores para a Educação Inclusiva, destacando-se ações e reflexões que favorecem o processo de inclusão escolar, mais especificamente de crianças com deficiência, já que a maioria dessas ações tem sido voltadas para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Especificamente sobre as ações formativas com profissionais da educação básica, elas advêm de demandas de municípios que entram em contato com o Observatório. A partir desse contato, são propostas atividades presenciais e remotas a partir de demandas locais e também são consideradas reflexões e estudos com base em resultados de

pesquisas anteriores e atuais (CNPq) que consideram temas balizadores para o processo de mobilização de conhecimentos para a inclusão escolar. Um dos indicadores que mais tem chamado a atenção em relação a estes temas é a compreensão que os profissionais apresentam sobre deficiência (CD).

Trata-se de um estudo documental (Gil, 2010), com o uso de fontes secundárias, relacionadas a dados gerados em projetos de pesquisa e extensão, por meio de documentos escritos, registros diversos, aplicação de questionários e outros materiais.

Para este relato, foi considerada uma amostra de 40 profissionais da educação básica (professores regentes, professores de apoio, monitores e gestores) que participaram de ações formativas nos anos de 2023 e 2024. Para 2025, foram considerados apenas os dados de profissionais de apoio escolar, na grande maioria dos lugares, denominados de monitores, numa amostra de 80 profissionais. Os monitores têm desempenhado a função de profissional de apoio escolar (Brasil, 2015). Os dados deste relato, referem-se a dois municípios do interior do estado de Minas Gerais, estado este com uma política de educação especial com perspectiva inclusiva de bastante complexidade (Torres e Oliveira, 2022), especialmente por aspectos históricos muito marcantes em relação à educação especial no estado.

Sobre os dados relacionados à Compreensão sobre Deficiência (CD), foram considerados quatro principais formas de compreender este conceito, quais sejam: modelo caritativo ou religioso, modelo médico, modelo social e modelo biopsicossocial (Oliveira, 2022). Nos dados analisados, temos a compreensão sobre o modelo social de deficiência apontada por 75,0% dos profissionais em 2023. Na amostra de 2024, foi obtida uma frequência de 61,0%. Estes dados parecem positivos, inicialmente, no entanto, quando analisamos outros aspectos tais como “práticas sugeridas pelos profissionais para que todos os estudantes participem das aulas”, os dados revelam uma compreensão médica sobre a deficiência, já que a maioria sugere aspectos “adaptados” especificamente para determinadas condições de deficiência.



Alguns desses dados chamam muita atenção. Em uma pesquisa conduzida por Freitas (2024), a autora notou que alguns profissionais usam o vocábulo “social” com a conotação de socialização das crianças com deficiência, na escola, e não relacionada ao caráter de justiça social, por exemplo. Esse é um dos indicadores mais impactantes em relação à necessidade de mobilização de conhecimentos das políticas públicas educacionais e do direito à educação dessas pessoas.

Vários estudos (ONEESP, 2011, 2014) indicam que as barreiras atitudinais são tão problemáticas quanto à especialização profissional para uma atuação que considere as diferenças presentes na escola durante a efetivação de práticas pedagógicas que promovam autonomia nos processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Precisamos compreender que os vários tipos de acessibilidade se articulam o tempo todo. Vejamos, por exemplo, o quanto é necessário se preocupar com a acessibilidade curricular e o quanto ela também está ligada à acessibilidade atitudinal, tendo em vista que se eu não estiver disponível para construir um planejamento que respeite uma determinada diferença, nenhuma delas será vislumbrada (Oliveira, 2022).

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Inclusão Escolar. Formação de Professores.

Referências

AINSCOW, Mel. (2016). Diversity and equity: A global education challenge. *New Zealand Journal of Educational Studies*, 51(2), 143–155. <https://doi.org/10.1007/s40841-016-0056-x>.

CALDERÓN-ALMENDROS, Ignacio. Differences and inequality in schools: The languages of oppressed people as hope. *Ars Vivendi Journal*, v. 11, n. 1, p. 2-11, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2GzQ7Wf>. Acesso em: 22 jul 2025.

FREITAS, Isabella Xavier. As concepções sobre deficiência e as práticas pedagógicas de professores da Educação Básica. 2024. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/79956>



MENDES, Enicéia Gonçalves. Políticas públicas: articulação com a produção científica em educação especial. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 6, n. 01, p. 65-78, 2000. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65382000000100005&lng=es&nrm=iso. Acesso em; 10 set. 2024.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Educação Especial - formação de professores para a inclusão escolar. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Perfil e concepções de professores de sala comum participantes de uma ação formativa sobre inclusão escolar no Vale do Mucuri. Revista Saber Incluir, 2, 1-17, 2024. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistasaberincluir/article/view/2648>. Acesso em: 01 set. 2024.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Análise de uma formação continuada colaborativa em inclusão escolar. In: Anais da 41 Reunião Nacional da Anped, Manaus, 2023, p. 1-6.

TORRES, Josiane Pereira; OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Elementos históricos e políticos que configuram a Educação Especial no estado de Minas Gerais. In: SILVA, Aline Maira da; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini (Eds.). Educação Especial: cenários, perspectivas e práticas. São Carlos: Pedro & João, p. 201-222, 2022.

UNESCO. 2021. Llegando a todos los estudiantes: una caja de recursos de la UNESCO-OIE para apoyar la inclusión y la equidad en la educación. 2021.

UNESCO. 2020. Global education monitoring report 2020: Inclusion and education – All means all. Paris: UNESCO. (2020). Towards inclusion and equity in education: Status, trends and challenges. Paris: UNESCO.

